

**Poder Judiciário**
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

**@-SAJ** Portal de Serviços

CAIXA POSTAL | CADASTRO | AJUDA

FÁBIO POMPEU PEQUENO JÚNIOR (Sair)

> Bem-vindo > Consultas Processuais > Consulta de Processos de 1º Grau

MENU

Consulta de Processos de 1º Grau

Orientações

- Processos distribuídos no mesmo dia podem ser localizados se buscados pelo número do processo, com o seu foro selecionado.
- Dúvidas? Clique aqui para mais informações sobre como pesquisar.
- Processos baixados, em segredo de justiça ou distribuídos no mesmo dia serão apresentados somente na pesquisa pelo número do processo.

Dados para pesquisa

| | |
|---------------------|--|
| Foro: | <input type="text" value="Viçosa do Ceará"/> |
| Pesquisar por: | <input type="text" value="Número do Processo"/> |
| | <input checked="" type="radio"/> Unificado <input type="radio"/> Outros |
| Número do Processo: | <input type="text" value="0012845-68.2017"/> <input type="text" value="8.06"/> <input type="text" value="0182"/> |

Dados do processo

Processo: 0012845-68.2017.8.06.0182 **Arquivado definitivamente**
Classe: Procedimento Comum
Área: Cível
Assunto: Seguro
Local Físico: 17/06/2019 00:00 - Secretaria de Vara - L - 17
Distribuição: 12/06/2017 às 14:39 - Encaminhamento
Vara Única da Comarca de Viçosa do Ceará - Viçosa do Ceará
Juiz: Moisés Brisamar Freire
Outros números: 4736
Valor da ação: R\$ 15.362,50

Partes do processo

Requerente: Antônio Francisco da Silva
Advogada: Lorena Fernandes da Cunha
Requerido: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
Advogada: Luciana Maria Tavares Figueira
Advogado: Fabio Pompeu Pequeno Junior
Advogado: Joao Alves Barbosa Filho
Advogado: Marcone Chaves da Cunha

Movimentações

Exibindo todas as movimentações. »[Listar somente as 5 últimas.](#)

| Data | Movimento |
|------------|--|
| 30/05/2019 | Arquivado Definitivamente |
| 24/04/2019 | Juntada de documento CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO |
| 22/04/2019 | Despacho/Decisão disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico <i>Relação :0584/2019 Data da Disponibilização: 17/04/2019 Data da Publicação: 22/04/2019 Número do Diário: 2122 Página: 860</i> |
| 17/04/2019 | Juntada de documento DA PETIÇÃO |
| 16/04/2019 | Encaminhado edital/relação para publicação <i>Relação: 0584/2019 Teor do ato: Ante o exposto, com fundamento no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO da parte autora. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários, estes arbitrados em 5% do valor da causa, cuja exigibilidade fica suspensa por força da gratuidade judiciária deferida. - arts. 98, §3º. Após o trânsito em julgado, archive-se com as cautelas de estilo. Expedientes necessários. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Advogados(s): Fabio Pompeu Pequeno Junior (OAB 14752/CE), Joao Alves Barbosa Filho (OAB 27954/CE), Marcone Chaves da Cunha (OAB 38603/CE), Luciana Maria Tavares Figueira (OAB 39481/CE), Lorena Fernandes da Cunha (OAB 23467-0/CE)</i> |
| 12/04/2019 | Juntada de documento <i>mesa 04</i> |

| Data | Movimento |
|------------|---|
| 12/04/2019 | Juntada de documento SENTENÇA |
| 11/04/2019 | Juntada de documento <i>J-13 ag. pub. de sentença</i> |
| 10/04/2019 |  Julgado improcedente o pedido <i>Ante o exposto, com fundamento no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO da parte autora. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários, estes arbitrados em 5% do valor da causa, cuja exigibilidade fica suspensa por força da gratuidade judiciária deferida. - arts. 98, §3º. Após o trânsito em julgado, archive-se com as cautelas de estilo. Expedientes necessários. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE.</i> |
| 04/04/2019 | Juntada de documento <i>Termo de audiência</i> |
| 04/04/2019 | Juntada de documento <i>Laudo pericial</i> |
| 01/04/2019 |  Expedição de Termo de Audiência |
| 27/03/2019 | Audiência Designada <i>Conciliação Data: 03/04/2019 Hora 13:00 Local: Sessão do Júri Situação: Pendente</i> |
| 27/03/2019 | Despacho/Decisão disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico <i>Relação :0480/2019 Data da Disponibilização: 26/03/2019 Data da Publicação: 27/03/2019 Número do Diário: 2106 Página: 985</i> |
| 27/03/2019 | Despacho/Decisão disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico <i>Relação :0480/2019 Data da Disponibilização: 26/03/2019 Data da Publicação: 27/03/2019 Número do Diário: 2106 Página: 985</i> |
| 22/03/2019 | Encaminhado edital/relação para publicação <i>Relação: 0480/2019 Teor do ato: Portaria nº 06/2019 O Doutor Moisés Brisamar Freire, Juiz de Direito do 1º Juizado Auxiliar da 8ª Zona Judiciária, com sede em Tianguá - CE, ora respondendo por esta Comarca de Viçosa do Ceará, Estado do Ceará, por designação legal etc. CONSIDERANDO o elevado número de ações de cobrança de indenização relativa ao seguro DPVAT que tramita na Vara Única da Comarca de Viçosa do Ceará e a necessidade de realização de perícias médicas no âmbito de tais processos: CONSIDERANDO que nessas ações indenizatórias existe uma enorme dificuldade para a realização de perícias, notadamente por que a grande maioria dos autores é beneficiária da Assistência Judiciária Gratuita e não possui condições de arcar com os custos da avaliação médica, ensejando considerável prejuízo à duração razoável do processo; CONSIDERANDO o intuito de se empreender maior agilidade para julgamento das ações em apreço, objetivando uma prestação jurisdicional célere, eficiente e eficaz, como também dar atendimento as Metas estabelecidas pelo CNJ; CONSIDERANDO a necessidade de busca por inovações que possibilitem dar maior celeridade processual e satisfação da pretensão das partes, até mesmo pela natureza do Seguro em menção; CONSIDERANDO que a Resolução do Conselho Nacional de Justiça- CNJ, no 125, de 29 de novembro de 2010, destacou a necessidade de proporcionar e incentivar a utilização de mecanismos consensuais de solução de lides, a exemplo da conciliação, sendo este um dos instrumentos efetivos de pacificação social, solução e prevenção de litígios; CONSIDERANDO que compete ao juiz tentar conciliar as partes, consoante dispõe o art. 3º, §3º, Novo do Código de processo Civil; CONSIDERANDO, finalmente, o compromisso previamente assumido pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S/A, no sentido de custear os honorários referentes às perícias que se fizerem indispensáveis para o julgamento das ações já reportadas; RESOLVE: Art. 1º. Designar os dias 01, 02, 03, 04 e 05 de abril de 2019, para realização do MUTIRÃO DE AVALIAÇÃO MÉDICA E CONCILIAÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO SEGURO DPVAT DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ (CE) nº 1/2019. Art. 2º. Nomear os médicos Dr. FELIPE RAPHAEL BUGARIM BITTENCOURT, (CRM-CE 14.746) e Dr. ENÉAS RODRIGUES BEZERRA DE MENEZES (CRM-CE 3.792), para atuar em tais feitos na qualidade de peritos, sendo os seus honorários arbitrados por este Juízo no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). §1º. Os honorários do médico nomeado perito serão custeados pela SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S.A., conforme compromisso antes firmado. §2º. O perito nomeado responderá aos quesitos constantes do Anexo I. Art. 3º. Os trabalhos do mutirão se desenvolverão observando a seguinte rotina: I — Os peritos nomeados deverão ser intimados pela Secretaria de Vara para cumprir escrupulosamente o referido encargo, independentemente de termo de compromisso. II — Os peritos deverão, antes da audiência de tentativa de conciliação, entregar o laudo do exame realizado, com as devidas respostas aos quesitos realizados. III — Na audiência de tentativa de conciliação, caso seja formalizado um acordo que atenda as exigências legais, o magistrado competente o homologará por sentença irrecorrível, ou, na hipótese de não haver acordo, intimará imediatamente as partes para se manifestarem sobre o laudo pericial, no prazo de 10 (dez) dias ou na própria audiência, ficando a cargo do Magistrado tal providência. Havendo manifestação em audiência e não havendo mais provas a serem produzidas, o(a) magistrado(a) proferirá julgamento, ou determinará a conclusão dos autos para o fazê-lo no prazo legal. IV – A Secretaria de Vara deverá realizar todas as providências que se fizerem necessárias para o regular andamento do processo, isto é, para que o feito possa desenvolver-se em consonância com as regras pertinentes ao rito processual adotado. Art. 4º. Esclarecer que as audiências de conciliação poderão ser realizadas por conciliadores designados pelo magistrado. Art. 5º. A Secretaria de Vara será responsável por providenciar as intimações dos advogados das partes. § 1º. - O advogado da parte autora, quando intimado, ficará responsável por informar a parte sobre a necessidade de comparecimento para perícia médica e que deve portar os documentos de identificação pessoal, bem como os exames e laudos médicos porventura existentes e que sejam pertinentes ao acidente automobilístico sofrido. § 2º. - As partes ficam intimadas que o não comparecimento à perícia acarretará em julgamento antecipado da lide. § 3º. - Ambas as partes deverão ser informadas acerca da faculdade de apresentar quesitos complementares e de indicar assistente técnicos até o momento do exame pericial, caso ainda não lhes tenha sido oportunizada a realização de tais providências.. Art. 6º. Encaminhe-se cópia desta Portaria à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sem prejuízo da sua publicação no Diário da Justiça do Estado do Ceará, e, ainda, afixação no átrio do Fórum. Art. 7º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. Viçosa do Ceará/CE, 08 de março de 2019. Advogados(s): Lorena Fernandes da Cunha (OAB 23467-0/CE)</i> |
| 22/03/2019 | Encaminhado edital/relação para publicação <i>Relação: 0480/2019 Teor do ato: CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que em atenção à Portaria 06/2019 que normatiza a realização do Mutirão de DPVAT 2019 da comarca do Ceará, disponibilizada às fls. 17/19 do Diário da Justiça Estadual no dia 11/03/2019, edição 2097, designei a data de 03 de abril a partir das 08:00 para realização de perícia e conciliação. CERTIFICO ainda que, a portaria supra citada determina a intimação dos requerentes por meio do Diário da Justiça do Estado, cabendo aos advogados a comunicação à seus clientes. O referido é verdade. Dou fé. Viçosa do Ceará/CE, 21 de março de 2019. Advogados(s): Lorena Fernandes da Cunha (OAB 23467-0/CE)</i> |
| 22/03/2019 | Juntada de documento CONTESTAÇÃO |

Data

21/03/2019

Movimento

Ato Ordinatório - Intimação dos Advogados das Partes
Portaria nº 06/2019 O Doutor Moisés Brisamar Freire, Juiz de Direito do 1º Juizado Auxiliar da 8ª Zona Judiciária, com sede em Tianguá - CE, ora respondendo por esta Comarca de Viçosa do Ceará, Estado do Ceará, por designação legal etc. CONSIDERANDO o elevado número de ações de cobrança de indenização relativa ao seguro DPVAT que tramita na Vara Única da Comarca de Viçosa do Ceará e a necessidade de realização de perícias médicas no âmbito de tais processos; CONSIDERANDO que nessas ações indenizatórias existe uma enorme dificuldade para a realização de perícias, notadamente por que a grande maioria dos autores é beneficiária da Assistência Judiciária Gratuita e não possui condições de arcar com os custos da avaliação médica, ensejando considerável prejuízo à duração razoável do processo; CONSIDERANDO o intuito de se empreender maior agilidade para julgamento das ações em apreço, objetivando uma prestação jurisdicional célere, eficiente e eficaz, como também dar atendimento as Metas estabelecidas pelo CNJ; CONSIDERANDO a necessidade de busca por inovações que possibilitem dar maior celeridade processual e satisfação da pretensão das partes, até mesmo pela natureza do Seguro em menção; CONSIDERANDO que a Resolução do Conselho Nacional de Justiça- CNJ, no 125, de 29 de novembro de 2010, destacou a necessidade de proporcionar e incentivar a utilização de mecanismos consensuais de solução de lides, a exemplo da conciliação, sendo este um dos instrumentos efetivos de pacificação social, solução e prevenção de litígios; CONSIDERANDO que compete ao juiz tentar conciliar as partes, consoante dispõe o art. 3º, §3º, Novo do Código de processo Civil; CONSIDERANDO, finalmente, o compromisso previamente assumido pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCÍOS DE SEGURO DPVAT S/A, no sentido de custear os honorários referentes às perícias que se fizerem indispensáveis para o julgamento das ações já reportadas; RESOLVE: Art. 1º. Designar os dias 01, 02, 03, 04 e 05 de abril de 2019, para realização do MUTIRÃO DE AVALIAÇÃO MÉDICA E CONCILIAÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO SEGURO DPVAT DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ (CE) nº 1/2019. Art. 2º. Nomear os médicos Dr. FELIPE RAPHAEL BUGARIM BITTENCOURT, (CRM-CE 14.746) e Dr. ENÉAS RODRIGUES BEZERRA DE MENEZES (CRM-CE 3.792), para atuar em tais feitos na qualidade de peritos, sendo os seus honorários arbitrados por este Juízo no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). §1º. Os honorários do médico nomeado perito serão custeados pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCÍOS DE SEGURO DPVAT S.A., conforme compromisso antes firmado. §2º. O perito nomeado responderá aos quesitos constantes do Anexo I. Art. 3º. Os trabalhos do mutirão se desenvolverão observando a seguinte rotina: I — Os peritos nomeados deverão ser intimados pela Secretaria de Vara para cumprir escrupulosamente o referido encargo, independentemente de termo de compromisso. II — Os peritos deverão, antes da audiência de tentativa de conciliação, entregar o laudo do exame realizado, com as devidas respostas aos quesitos realizados. III — Na audiência de tentativa de conciliação, caso seja formalizado um acordo que atenda as exigências legais, o magistrado competente o homologará por sentença irrecorrível, ou, na hipótese de não haver acordo, intimará imediatamente as partes para se manifestarem sobre o laudo pericial, no prazo de 10 (dez) dias ou na própria audiência, ficando a cargo do Magistrado tal providência. Havendo manifestação em audiência e não havendo mais provas a serem produzidas, o(a) magistrado(a) proferirá julgamento, ou determinará a conclusão dos autos para o fazê-lo no prazo legal. IV – A Secretaria de Vara deverá realizar todas as providências que se fizerem necessárias para o regular andamento do processo, isto é, para que o feito possa desenvolver-se em consonância com as regras pertinentes ao rito processual adotado. Art. 4º. Esclarecer que as audiências de conciliação poderão ser realizadas por conciliadores designados pelo magistrado. Art. 5º. A Secretaria de Vara será responsável por providenciar as intimações dos advogados das partes. § 1º. - O advogado da parte autora, quando intimado, ficará responsável por informar a parte sobre a necessidade de comparecimento para perícia médica e que deve portar os documentos de identificação pessoal, bem como os exames e laudos médicos porventura existentes e que sejam pertinentes ao acidente automobilístico sofrido. § 2º. - As partes ficam intimadas que o não comparecimento à perícia acarretará em julgamento antecipado da lide. § 3º. - Ambas as partes deverão ser informadas acerca da faculdade de apresentar quesitos complementares e de indicar assistente técnicos até o momento do exame pericial, caso ainda não lhes tenha sido oportunizada a realização de tais providências.. Art. 6º. Encaminhe-se cópia desta Portaria à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sem prejuízo da sua publicação no Diário da Justiça do Estado do Ceará, e, ainda, afixação no átrio do Fórum. Art. 7º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMpra-SE. Viçosa do Ceará/CE, 08 de março de 2019.

21/03/2019



Certidão emitida

CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que em atenção à Portaria 06/2019 que normatiza a realização do Mutirão de DPVAT 2019 da comarca do Ceará, disponibilizada às fls. 17/19 do Diário da Justiça Estadual no dia 11/03/2019, edição 2097, designei a data de 03 de abril a partir das 08:00 para realização de perícia e conciliação. CERTIFICO ainda que, a portaria supra citada determina a intimação dos requerentes por meio do Diário da Justiça do Estado, cabendo aos advogados a comunicação à seus clientes. O referido é verdade. Dou fé. Viçosa do Ceará/CE, 21 de março de 2019.

28/02/2019

Juntada de documento
CARTA DE CITAÇÃO

28/02/2019



Certidão emitida

28/06/2018

Juntada de documento
JUNTADA DE DOCUMENTO TIPO DE DOCUMENTO: DESPACHO - Local: VARA UNICA DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ

12/01/2018

Juntada de documento
JUNTADA DE DOCUMENTO TIPO DE DOCUMENTO: DESPACHO - Local: VARA UNICA DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ

12/06/2017

Autuação
AUTUAÇÃO DOCUMENTO ATUAL: PROCESSO 701564 - Local: VARA UNICA DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ

12/06/2017

Distribuição por encaminhamento
DISTRIBUIÇÃO POR ENCAMINHAMENTO - Sistema distribuiu automaticamente por Encaminhamento - Motivo: Competência Exclusiva - Local: DIVISAO DE PROTOCOLO DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ

12/06/2017

Processo apto a ser distribuído
PROCESSO APTO A SER DISTRIBUÍDO - Local: DIVISAO DE PROTOCOLO DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ

12/06/2017

Em classificação
EM CLASSIFICAÇÃO - Local: DIVISAO DE PROTOCOLO DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ

25/05/2017

Protocolizada Petição
PROTOCOLIZADA PETIÇÃO - Local: DIVISAO DE PROTOCOLO DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ

Petições diversas

Data

11/03/2019

Tipo

Petições Intermediárias Diversas

16/04/2019

Petições Intermediárias Diversas

Incidentes, ações incidentais, recursos e execuções de sentenças

Não há incidentes, ações incidentais, recursos ou execuções de sentenças vinculados a este processo.

Apensos, Entranhados e Unificados

Não há processos apensados, entranhados e unificados a este processo.

Audiências

| Data | Audiência | Situação | Qt. Pessoas |
|------------|-------------|----------|-------------|
| 03/04/2019 | Conciliação | Pendente | 4 |

Desenvolvido pela Softplan em parceria com o Tribunal de Justiça do Ceará